

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA – UNIR  
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**FABÍOLA PAOLLA BROD**

**OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS POLICIAIS E  
BOMBEIROS MILITARES: UMA AFRONTA À CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**Cacoal – RO  
2016**

**FABIOLA PAOLLA BROD**

**OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS POLICIAIS E  
BOMBEIROS MILITARES: UMA AFRONTA À CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor Esp. Jônathas Siviero.

**Cacoal – RO  
2016**

Brod, Fabíola Paolla.

B864l Os limites da liberdade de expressão dos policiais e bombeiros militares: uma afronta à Constituição Federal/ Fabíola Paolla Brod– Cacoal/RO: UNIR, 2016. 44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientadora: Prof. Esp. Jônathas Siviero

1. Direito constitucional. 2. Liberdade de expressão. 3. Garantia constitucional. I. Siviero, Jônathas. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 342

# **OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES: UMA AFRONTA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Por

**FABÍOLA PAOLLA BROD**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor Esp. Jônathas Siviero	- UNIR - Presidente
---------------------------------	---------------------

---

Professor Me. Gilson Tetsuo Miyakava	- UNIR - Membro
--------------------------------------	-----------------

---

Professor Esp. Antônio Paulo Dos Santos Filho	- UNIR - Membro
---	-----------------

Conceito: 76

Cacoal, 07 de julho de 2016.

Dedico este trabalho à minha mãe Mardisi Klais que com o cuidado e o amor que dedicou a mim, me fez ser quem sou hoje.

Ao meu pai Jaime Augustinho Brod, pelos ensinamentos que levo para toda a vida e por sua capacidade de acreditar e investir em mim.

Aos meus irmãos, Denys Henrique Brod e Diogo Augustinho Brod, pelo incentivo e apoio constantes. Obrigada pela amizade e companheirismo que sempre tivemos.

Ao meu namorado, Miller Felix, pessoa com quem amo partilhar a vida. Obrigada pelo apoio e insistência em acreditar em mim e sempre me incentivar a dar o melhor de mim. Seu carinho e paciência me trazem paz e alegria todos os dias.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse e por estar presente em todos os momentos da minha vida.

À minha família e ao meu namorado por todo incentivo.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a minha formação, baseada na confiança e na ética.

Ao meu orientador professor Esp. Jônathas Siviero pelo suporte no seu tempo disponível, por compartilhar seus conhecimentos corrigindo e incentivando meu trabalho.

À professora Ms<sup>a</sup>. Sônia Mara Nita pela ajuda e orientação na elaboração desta monografia.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“[...] paz sem voz. Não é paz, é medo! ”  
Marcelo Yuka

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a liberdade de expressão que possuem os Policiais e Bombeiros Militares. Traz à tona a contradição existente entre a Constituição Federal de 1988 e o Código Penal Militar no tocante à garantia fundamental do direito à livre manifestação do pensamento. A CF/88 garante a todos a liberdade de expressão e o Código Penal Militar restringe essa garantia. Almeja também, relacionar o cerceamento da liberdade de expressão dos militares com o princípio da publicidade, enfatizando o fato de que todos os atos públicos que forem de interesse da sociedade, salvo os referentes à segurança nacional, devem ser publicados e disponibilizado para os cidadãos sem que isso crie uma represália aos Policiais e Bombeiros Militares. Sabe-se que somente a Constituição pode relativizar as garantias fundamentais, então, nenhuma outra norma pode criar uma regra que relativize as garantias que se encontram na Constituição Federal, a não ser que a mesma mencione isso em seu texto, nesse ponto questiona-se que a CF/88 não recepciona o artigo 166 do Código de Penal Militar. Para o desenvolvimento foi utilizado uma abordagem com base no método dedutivo e o procedimento técnico aplicado foi de pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Liberdade de expressão. Direitos Fundamentais. Garantia Constitucional. Policiais Militares. Bombeiros Militares



## **ABSTRACT**

This work seeks to analyze the freedom of speech that have the Police and Military Firefighter. Brings out the contradiction between the Federal Constitution of 1988 and the Military Penal Code regarding the fundamental guarantee of the right to free expression of thought, the CF / 88 guarantees everyone freedom of speech, and the Military Penal Code restricts this guarantee. Aims also to relate the curtailment of freedom of expression of the military with the principle of publicity, emphasizing the fact that all public acts that are of interest to society, except those relating to national security, should be published and made available to citizens without that create a reprisal for Police and Military Firefighter. It is known that only the Constitution can relativize the fundamental guarantees, then, no other standard can create a rule that relativize the safeguards that are in the Constitution, unless the same mention it in your text at this point is questioned the CF / 88 not welcomes Article 166 of the Military Penal Code. For development was used reasoning and the technical procedure applied was literature.

Keywords: Freedom of speech. Fundamental rights. Constitutional guarantee. Military police. Military Firefighter.

## SÚMARIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 DIREITOS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>11</b>
1.1 DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	14
1.2 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.....	16
1.3 RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	18
<b>2 DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES.....</b>	<b>20</b>
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	20
2.2 LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES..	22
2.3 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A EXPRESSÃO DE PENSAMENTO.....	23
2.4 PUNIÇÕES APLICADAS AOS QUE SE MANIFESTAM PUBLICAMENTE.....	25
2.4.1 Reflexos Individuais.....	26
2.4.2 Reflexos Na Sociedade.....	29
<b>3 CONTRADIÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O ARTIGO 166 DO CÓDIGO DE PENAL MILITAR.....</b>	<b>32</b>
3.1 POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS.....	34
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar, no tocante à livre expressão de pensamento e à contradição existente entre normas penais militares e a Constituição Federal, os limites impostos aos militares pelo Código Penal Militar e regulamentos disciplinares.

Observa-se que a importância da realização deste trabalho apoia-se em defender os direitos fundamentais que estão sendo usurpados dos policiais e bombeiros militares. Verifica-se que as decisões proferidas pelos tribunais militares defendem a prevalência da hierarquia e da disciplina acima de outros princípios, o que não deveria acontecer. Em amparo aos militares que também são cidadãos, invoca-se o princípio da liberdade de expressão garantido pelo artigo 5º incisos IV, IX, XIV e ainda no artigo 220, caput e parágrafo 2º.

O trabalho contará com 3 (três) capítulos. Inicialmente abordará sobre os princípios fundamentais da liberdade de expressão e da publicidade dispostos na CF/88, apresentará a relativização das normas para melhor compreensão do motivo pelo qual o artigo 166 de CPM apresenta-se inconstitucional, baseando-se em José Afonso da Silva para explicar a eficácia das normas constitucionais.

No segundo capítulo serão expostas considerações acerca da liberdade de expressão que os policiais e bombeiros militares possuem, bem como a tentativa de usar os meios de comunicações como auxílio para se expressarem. Serão abordadas as consequências que as punições trazem para os militares, tanto na esfera individual, como para toda a sociedade.

O terceiro e último capítulo analisará a contradição existente entre o princípio da liberdade de expressão e o artigo 166 do Código Penal Militar, que é o foco deste trabalho. Também demonstrará, por meio de julgados, como os tribunais têm decidido sobre a liberdade de expressão dos policiais e bombeiros militares.

O trabalho será desenvolvido por meio do método dedutivo, através de pesquisas bibliográficas a partir de material já publicado, utilizando principalmente livros doutrinários, decisões dos tribunais, artigos científicos, leis gerais e específicas e regulamentos internos das Corporações.

## 1 DIREITOS FUNDAMENTAIS

Com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, as nações começaram a integrar em seus sistemas jurídicos os direitos fundamentais. Esses direitos visam proteger a liberdade, a vida, a dignidade, buscando uma existência justa e igualitária para todos.

Também conhecidos como direitos da personalidade, direitos do homem, liberdades fundamentais, tais expressões são sinônimas e expressam a mesma ideia. Vale destacar que a própria constituição de 1988 aborda nomenclaturas diferentes ao tratar dos direitos fundamentais. Sobre esse mesmo assunto a doutrinadora Grinover (1984, p. 70) entende que:

Direitos do homem, Direitos fundamentais, Liberdades Públicas, Direitos da personalidade, Direitos públicos subjetivos, são expressões diversas para indicar a mesma categoria de direitos, embora distinta segundo a perspectiva adotada por orientações jurídicas as mais variadas.

Os direitos fundamentais tiveram uma longa trajetória, muitas lutas foram travadas em nome da liberdade, igualdade e fraternidade. Foi da necessidade de proteger o homem das arbitrariedades cometidas pelo poder dos soberanos e da necessidade de o Estado tomar medidas visando melhorias sociais, que o direito foi evoluindo e contribuindo para o entendimento atual sobre os direitos fundamentais.

Os cidadãos em conjunto com o Estado, e não abaixo dele, obedecem e cumprem as leis. Não se tem mais aquela concepção de que o Estado está em um nível acima dos indivíduos, o poder do Estado é limitado e os cidadãos têm seus direitos individuais assegurados.

Sobre isso, Mello (s.d. p. 27), diz:

Convém recordar que o Estado de Direito é a consagração jurídica de um projeto político. Nele se estratifica o objetivo de garantir o cidadão contra intemperanças do Poder Público, mediante prévia subordinação do poder e de seus exercentes a um quadro normativo geral e abstrato cuja função precípua é conformar efetivamente a conduta estatal a certos parâmetros antecipadamente estabelecidos como forma de defesa dos indivíduos.

Cabe ao Estado agir conforme preleciona o texto constitucional, respeitando os direitos individuais das pessoas. Todos os poderes devem garantir o

cumprimento dos direitos fundamentais, que são invioláveis, intransferíveis, irrenunciáveis e imprescritíveis.

Conceitualmente os direitos fundamentais são definidos como sendo uma esfera jurídica que visa proteger os direitos individuais e coletivos das pessoas, que são considerados como básicos para qualquer ser humano.

As teorias do direito têm concepções diferentes acerca de uma definição para os direitos fundamentais, porém elas se unem, em seu quesito formal afirmando que os direitos fundamentais são primordiais para os seres humanos e, material, levando em consideração que o conceito se modifica conforme o momento histórico em que a sociedade vive. Barchet (2007) une os aspectos material e formal e cria um só conceito “O conjunto de direitos que, em determinado período histórico e em certa sociedade, são reputados essenciais para seus membros, e assim são tratados pela Constituição, com o que se tornam passíveis de serem exigidos e exercitados, singular ou coletivamente”.

Pelo ponto de vista material o Brasil adota, levando em conta os valores, princípios e ideologias presentes na Constituição Federal de 1988, a seguinte classificação:

a) Direitos fundamentais de primeira geração – São os direitos individuais, civis e políticos, devendo ser respeitados pelo Estado, pois são compreendidos como imanescentes ao homem.

O doutrinador Bonavides (2006, p. 563 – 564) leciona sobre o tema:

Os direitos da primeira geração são os direitos da liberdade, os primeiros a constarem do instrumento normativo constitucional, a saber, os direitos civis e políticos, que em grande parte correspondem, por um prisma histórico, àquela fase inaugural do constitucionalismo do Ocidente.

[...]

Os direitos de primeira geração ou os direitos de liberdade têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa que ostentam na subjetividade que é seu traço mais característico; enfim, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado

b) Direitos fundamentais de segunda geração – São os direitos sociais, econômicos e culturais, tem a finalidade diminuir as desigualdades proporcionando o direito à uma vida com dignidade, são indispensáveis ao pleno exercício da liberdade.

Na visão do doutrinador:

Os direitos sociais fizeram nascer à consciência de que tão importante quanto salvaguardar o indivíduo, também é necessário proteger a instituição, buscando uma realidade social mais rica e aberta à participação criativa e à valorização da personalidade. Isso caracteriza o nascimento de um novo conceito de direitos fundamentais, vinculados a valores sociais que demandam realização concreta, fazendo assim do Estado um artífice e um agente de suma importância para a concretização de tais direitos. (BONAVIDES, 2006, p. 564- 565).

c) Direitos fundamentais de terceira geração – Têm a finalidade de proteger o bem-estar da coletividade, estão relacionados ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente e ao direito à comunicação. São os direitos metaindividuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos.

A respeito desse tema, ensina:

[...] a aparição dessa terceira dimensão dos direitos fundamentais evidencia uma tendência destinada a alargar a noção de sujeito de direitos e do conceito de dignidade humana, o que passa a reafirmar o caráter universal do indivíduo perante regimes políticos e ideologias que possam colocá-lo em risco, bem como perante toda uma gama de progressos tecnológicos que pautam hoje a qualidade de vida das pessoas, em termos de uso de informática, por exemplo, ou com ameaças concretas à cotidianidade da vida do ser em função de danos ao meio ambiente ou à vantagem das transnacionais e corporações que controlam a produção de bens de consumo, o que desdobra na proteção aos consumidores na atual sociedade de massas. (ALARCÓN, 2004, p. 81)

d) Direitos fundamentais de quarta geração – trata-se dos direitos à democracia, à informação e ao pluralismo, além de interferir na proteção à vida, regulamentando as atividades de biotecnologia, bioética e engenharia genética.

Bastos e Tavares (2000, p. 389), instruem que:

[...] trata-se de um rol de direitos que decorrem, em primeiro lugar, da superação de um mundo bipolar, dividido entre os que se alinhavam com o capitalismo e aqueles que se alinhavam com o comunismo [...] também o fenômeno da globalização e os avanços tecnológicos são responsáveis pela ascensão dessa nova categoria de direitos humanos

A sociedade está em constante evolução, e o direito avança junto, os direitos de quarta dimensão são o exemplo claro disso, conforme a medicina avança em pesquisas, experiências e tratamentos, o direito tende a evoluir para preservar o bem-estar e a vida dos seres humanos.

## 1.1 DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO.

A liberdade de expressão é um direito fundamental assegurado pela constituição federal de 1988, é essencial à dignidade humana e à efetivação do Estado democrático de direito. Está disposta no artigo 5º, incisos IV, IX e XIV da CF/88.

Art. 5º [...]

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...]

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

A liberdade de expressão também está regulada internacionalmente, conforme artigo 19 da Declaração Universal Dos Direitos Humanos, recepcionado pelo Brasil.

Art. 19. Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem considerações de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Para entender melhor esse direito fundamental, faz-se necessário entender o que significa o termo liberdade. Liberdade é a escolha que uma pessoa tem de fazer ou não alguma coisa, dependendo somente de sua vontade. Porém ela não é absoluta, pois não se pode fazer tudo o que bem quiser, devendo ser respeitadas as ressalvas que a lei impõe.

De acordo com Silva (2003, p. 232):

O conceito de liberdade humana deve ser expresso no sentido de um poder de atuação do homem em busca de sua realização pessoal, de sua felicidade. (...) vamos um pouco além, e propomos o conceito seguinte: liberdade consiste na possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal. Nessa noção, encontramos todos os elementos objetivos e subjetivos necessários à ideia de liberdade; é poder de atuação sem deixar de ser resistência à opressão; não se dirige contra, mas em busca, em perseguição de alguma coisa, que é a felicidade



peçoal, que é subjetiva e circunstancial, pondo a liberdade, pelo seu fim, em harmonia com a consciência de cada um, com o interesse do agente. Tudo que impedir aquela possibilidade de coordenação dos meios é contrário à liberdade.

Entendido o termo liberdade, parte-se agora para a compreensão acerca da liberdade de expressão, que, em um conceito geral, é a exteriorização de um pensamento que o indivíduo deseja compartilhar, seja para agregar valor ou não.

Vivendo em um Estado democrático, esse direito deve ser plenamente assegurado, em todas suas formas de exteriorização, assim:

Nesse sentido, deve-se sublinhar a dupla dimensão deste direito. A dimensão substantiva compreende a atividade de pensar, formar a própria opinião e exteriorizá-la. A dimensão instrumental, traduz a possibilidade de utilizar os mais diversos meios adequados à divulgação do pensamento.

É preciso identificar-se, para poder exercer livremente a manifestação do pensamento, pois a Constituição veda o anonimato como forma de se precaver, caso o Estado precise responsabilizar civil ou criminalmente, o autor da manifestação, pelas palavras ditas ou atos praticados. Moraes (2003, p. 72) entende que: “Os abusos porventura ocorridos no exercício indevido da manifestação do pensamento são passíveis de exame e apreciação pelo Poder Judiciário com a consequente responsabilidade civil e penal de seus autores”.

Essa apreciação deve ser posterior à manifestação, como prevista na Constituição Federal de 1988. Porém o exame feito na mensagem ou manifesto antes dele acontecer configura censura, que é proibida pela CF/88 em seu artigo 220, parágrafo 2º, e repudiada pelo STF.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

[...]

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Deve-se deixar que a manifestação ocorra livremente, para que só depois, se necessário, haja uma avaliação sobre a mensagem, ficando assegurado o direito de resposta ao destinatário da mensagem e consequentemente indenização por dano material, moral e à imagem, caso tenha ocorrido algum dano a terceiros.

Infere-se que os Direitos Fundamentais Individuais que asseguram a liberdade de expressão são de eficácia plena com aplicabilidade imediata, assim, não depende de qualquer integração legislativa, estão em pleno uso desde sua entrada em vigor. A livre manifestação do pensamento nunca precisou de regulamentação, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 já está inteiramente integrada aos direitos de todos os brasileiros.

## 1.2 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

Estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o princípio da publicidade obriga a administração pública a divulgar ampla e oficialmente seus atos, com o objetivo de que todos, sejam eles partes ou terceiros, tenham conhecimento das ações praticadas pelo governo.

Diariamente diversos atos administrativos são publicados, isso porque o Estado é responsável por gerenciar todo o dinheiro dos tributos pagos pelos administrados, devendo aplicar esse dinheiro em educação, moradia, lazer, esporte, alimentação, dentre outros. Para essa aplicação acontecer são firmados muitos contratos, feitas várias licitações além é claro da publicação dos atos administrativos. É nesse momento que o princípio da publicidade surge como amparo aos administrados, para que possam fiscalizar as decisões e contratações feitas pela administração com o recurso provindo dos tributos.

Nessa linha de pensamento, afirma o doutrinador que:

A publicidade sempre foi tida como um princípio administrativo, porque se entende que o Poder Público, por ser público, deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados tenham, a toda hora, conhecimento do que os administradores estão fazendo (SILVA, 2003, p. 653).

Através desse princípio a administração pública demonstra sua conduta, limpa e transparente. A publicidade é fundamental para que os outros princípios sejam efetivamente cumpridos. Em regra, aos atos administrativos deve ser dada publicidade, porém para alguns se admite o sigilo. Quais sejam: interesse da administração pública em processos declarados previamente sigilosos, segurança nacional, investigação policial.

Conforme inciso VII do anexo do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

Somente nesses casos é que o sigilo deve ser preservado, não se pode deixar de publicar atos administrativos salvo em algum desses casos. Pensando nisso, foi criada a lei 9.784/99, que assegura a efetivação do princípio da publicidade e deixa claro em seu artigo 2º, inciso V, que nos processos administrativos será observada a “divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição”.

O princípio em questão também tem a função de expor a conduta dos servidores quando os mesmos emitem despachos, pareceres, atas, decisões e também a prestação de contas internas do órgão. Para entender melhor essa ideia, Meirelles (1993, p. 88) utiliza o seguinte conceito “a publicidade, como princípio da administração pública, abrange toda a atuação estatal, não só sob o aspecto da divulgação oficial de seus atos, como também de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes [...]”.

Todo cidadão tem o direito de consultar ou tirar cópias de documentos públicos que lhe interessem, como mostra o artigo 7º da Lei de Acesso a Informação:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

- I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
- II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;
- III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;
- IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
- V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;
- VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e
- VII - informação relativa.

Caso a administração pública se recuse a dar transparência a seus atos mantendo-os ocultos ao público, a Constituição traz remédios que visam auxiliar o administrado a pleitear na justiça seus direitos, quais sejam: habeas datas, mandado de segurança individual ou coletivo, direito de petição, ação popular, dentre outros. Pinho 2006 entende que os remédios constitucionais: “São os meios colocados à disposição dos indivíduos pela Constituição para proteção de seus direitos fundamentais. Esses meios são utilizados quando o simples enunciado de direitos fundamentais não é suficiente para assegurar o respeito a eles. ”

Não se deve entender que o princípio da publicidade serve meramente para publicar atos administrativos, mas também para levar informações, fiscalizar a conduta e prestar contas sobre os servidores e a administração pública em geral, sendo assim, é de suma importância para garantir e assegurar de forma efetiva os direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

### 1.3 RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Nenhum direito é imutável e absoluto, por mais fundamental que seja, todos possuem exceções. Em nosso sistema jurídico nem o direito à vida é absoluto, pois admite-se pena de morte em caso de guerra declarada. Como explica Branco *et al* (2007, p. 230-231), “[...] os direitos fundamentais podem ser objeto de limitações, não sendo, pois, absolutos. [...] Até o elementar direito à vida tem limitação explícita no inciso XLVII, a, do art. 5º, em que se contempla a pena de morte em caso de guerra formalmente declarada”.

Sendo assim, a Constituição Federal traz os direitos fundamentais, mas relativiza-os para que eles não firam outros princípios ou normas, como no caso da liberdade de expressão, que garante a livre manifestação do pensamento, porém o manifestante não pode ocultar sua identidade e deve atentar-se para não ferir a intimidade, honra ou imagem de terceiro, pois, poderá vir a sofrer sanção na esfera cível ou penal.

Moraes (2003, p. 61) entende que “os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela carta Magna (princípio da relatividade) ”.

A Carta Magna traz em seu artigo 220, o seguinte: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. Fica claro no texto a parte final em que diz “observando o disposto nesta Constituição”, ou seja, somente a Constituição Federal pode limitar qualquer um desses direitos assegurados.

Além disso, a liberdade de expressão também possui aplicabilidade imediata, não precisando de nenhuma regulamentação para entrar em exercício, ou seja, quando esse direito surgiu com a Constituição Federal já veio pronto para ser exercido.

Segundo Silva (2003, p. 47) os direitos fundamentais, entre eles a liberdade de expressão, são de eficácia plena, isso quer dizer que nenhuma lei ordinária pode restringir ou limitar esses direitos senão a própria Constituição que os asseguram. A relativização dos direitos fundamentais só é admitida se feita pela própria Constituição, não podendo as outras normas cercearem esses direitos.

Quando outras normas, que não a Constituição Federal, tentam relativizar os direitos e princípios fundamentais, é como se os alicerces da democracia e da dignidade da pessoa humana estivessem sendo destruídos, com isso vem a insegurança jurídica e todos ficam à mercê da administração pública que é quem detém o poder.

Sobre isso, Mello (1996, p. 545-546) leciona que:

[...] violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa, não só a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.

A imutabilidade dos direitos fundamentais é essencial para a conservação do Estado democrático de direito. Saber que os direitos fundamentais não serão limitados, senão pela própria Constituição, traz segurança a todos os brasileiros, além de assegurar que todas as lutas em prol da liberdade e igualdade não foram em vão, pelo contrário, cada dia novas discussões vem à tona e novas concepções a favor da vida, da liberdade e da dignidade surgem para integrar os direitos fundamentais já existentes, que não podem ser reduzidos.

## 2 DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES

Dentro da ordem constitucional, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar estão discriminados no artigo 144 da CF/88 como órgão que busca a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio e o exercício de atividades de defesa civil.

### 2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os militares são uma classe de servidores públicos especiais, considerados como “militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”, como descrito no art. 42 da CF/88:

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Segundo o constitucionalista Silva (2003, p. 701-702) a EC-18/98 trouxe uma modificação na Seção sobre o regime constitucional dos militares, o Militar que antes era denominado Servidor Público Militar, agora passou a ser Agente Público Militar. Com esta modificação, buscou-se fugir do vínculo com os servidores civis, porém, mesmo que diferentes, as legislações internas que regulam os militares não podem cercear ou inserir deveres que a CF/88 não expressa taxativamente, ou seja, acima de qualquer estatuto ou regimento estão as garantias constitucionais e seus princípios.

A EC – 18/98 modificou a Seç. III do cap. VII do Tít. III da Constituição, que compreendia e compreende apenas o art. 42. Determinou que a rubrica da seção, que era *Dos Servidores Públicos Militares* passasse a ser: *Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios*.

[...]

A intenção confessada foi a de tirar dos militares o conceito de servidores públicos que a Constituição lhes dava, visando com isso fugir ao vínculo aos servidores civis que esta lhes impunha. Formalmente, deixaram de ser conceituados como servidores públicos.

[...]

Ontologicamente, porém, nada mudou porque os militares são, sim, servidores públicos em sentido amplo como eram considerados na regra constitucional reformada. São agentes públicos, como qualquer outro prestador de serviço ao Estado. A diferença é que agora se pode separar as duas categorias, em lugar de servidores civis e servidores militares, embora

assim sejam, em agentes públicos administrativos e agentes públicos militares.

Também, em regra, não se aplica de forma subsidiária as leis civis e trabalhistas aos militares. Cada Estado tem sua legislação própria, como mencionado no §1º do art. 42 da CF/88:

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

A polícia e os bombeiros militares são forças auxiliares das forças armadas (Marinha, Aeronáutica e Exército) e apresentam como base institucional a hierarquia militar e a disciplina, que são características primordiais para sustentar o militarismo.

Consultando o Decreto nº 13255, de 12 de novembro de 2007, Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia – RDPM, também utilizado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, encontra-se no artigo 5º §§ 1º e 2º, que define hierarquia e disciplina: “§ 1º Hierarquia é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar, por postos e graduações” e “§ 2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral da legislação que fundamenta o organismo policial militar e coordena seu funcionamento regular e harmônico, traduzidos pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes.”

A hierarquia e a disciplina são princípios do militarismo, porém a Constituição Federal não tratou de delimitar a aplicação desses princípios, isso pode ser um problema, visto que as forças armadas, polícia militar e os bombeiros militares exercem funções diferenciadas. As Forças armadas cuidam da defesa da Pátria e são treinados para combater em guerra, já à Polícia Militar cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública e ao Corpo de Bombeiros Militar, além das atribuições previstas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Sociólogos e antropólogos estudiosos da segurança pública no Brasil, desde a década de 80, debatem sobre a militarização da polícia e do corpo de bombeiros em conferências realizadas pelos governos, principalmente o do Rio de Janeiro. Entendem que esse modelo militar não se encaixa nos padrões do Estado Democrático de Direito, e que toda a polícia deveria ser civil, prevalece entre eles o

entendimento de que já deveria ter havido a desmilitarização dos policiais e bombeiros.

Hoje o desafio que continua posto aos governos democráticos, numa transição por dentro das estruturas dos aparelhos repressivos, é de serem capazes de implementar políticas de segurança pública eficazes e eficientes no combate à criminalidade sob o controle do Estado democrático de Direito. O agravante não é só o fato de a redemocratização do País ou a sua volta ao constitucionalismo democrático, após o regime militar, não ter erradicado as práticas autoritárias dos nossos dispositivos policiais e da própria sociedade. É, sobretudo, o fato dessas questões não estarem colocadas na agenda política dos governos no Estado de Direito e, quando estão, estão de modo tímido e acanhado [...] (MOTA BRASIL, 2003, p. 200).

No Brasil a polícia militar e civil são separadas e desenvolvem tarefas diferentes, para os estudiosos essa separação não é eficiente e tem um custo muito alto para os Estados. Em outros países qualquer policial seja ele civil ou militar pode exercer as mesmas funções, eles são separados apenas por área territorial e tipo de crime.

## 2.2 LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES.

Há de se concordar que por baixo do fardamento de policial militar ou bombeiro militar existe um “ser humano”. Essa denominação dá garantia, a todos eles, de terem seus direitos assegurados pela Constituição Federal, inclusive o direito à liberdade de expressão. Assim, Chequer (2011, p. 20), entende que qualquer homem estará sujeito

Ao necessário e importante controle da sociedade e, particularmente, do Estado. Seu direito de expressar suas crenças e opiniões como membro da sociedade decorre de dois princípios fundamentais, o Estado, de promover o bem-estar do indivíduo e o da igualdade, em que todos, possuidores ou não de divergentes concepções e distintas ideias, tem o direito de se fazer ouvir.

Por qual motivo poderia um médico falar sobre saúde, um engenheiro ambiental falar sobre meio ambiente e um policial não poder falar sobre segurança pública. Vê-se aí que os direitos à liberdade de expressão são garantidos de forma diferente aos profissionais da segurança pública, sendo os seus regulamentos ultrapassados.



O sociólogo Cano estudou e analisou os “manuais de conduta dos PMs” e concluiu que:

Os regulamentos disciplinares da PM são obsoletos, antidemocráticos, muitos deles pré-constitucionais. Eles foram criados para garantir a hierarquia e a disciplina dentro da corporação e a imagem da corporação, não foram feitos para proteger nem a população e nem o policial. A maior parte da formação na PM é para o policial aprender normas, tanto as leis quanto as normas internas da corporação, e correr para cima e pra baixo pra ficar em forma. A educação física não é dada com um propósito de saúde do trabalho, ela também está nessa lógica da disciplina. O que alguns especialistas e membros da polícia dizem que, implicitamente, esses artigos abusivos foram derrubados com a Constituição. O fato é que o diploma legal continua vigente (CANO; DUARTE, 2009, p. 133-134).

Os militares da reserva das forças armadas têm o direito de se expressar, não só para mostrar sua opinião, mas também para comunicar e informar a todos os cidadãos sobre a realidade da segurança pública e das condições de trabalho dos mesmos, sem sofrer nenhum tipo de perseguição.

É um retrocesso o fato de punir uma pessoa que queira se expressar, ainda mais se essa manifestação for em prol da sociedade. O fato de restringir esse direito fundamental impede que a democracia plena seja alcançada, levando o Estado Democrático de Direito à falência. Pimenta Bueno (1857, p. 395) evidencia que:

O homem porém, não vive concentrado só em seu espírito, não vive isolado, por isso mesmo que por sua natureza é um ente social. Ele tem a viva tendência e necessidade de expressar e trocar suas idéias e opiniões com os outros homens, de cultivar mútuas relações, seria mesmo impossível vedar, porque fôra para isso necessário dissolver e proibir a sociedade. Esta liberdade é pois um direito natural, é uma expressão da natureza inteligente do homem.

O argumento da manutenção da hierarquia e disciplina utilizado pelas corporações para o cerceamento à liberdade de expressão dos Policiais e Bombeiros Militares é um tanto frágil, pois, a administração pública usa como instrumento de trabalho a hierarquia e a disciplina.

## 2.3 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A EXPRESSÃO DE PENSAMENTO.

Apesar de a evolução tecnológica permitir que qualquer pessoa se expresse através de blogs, sites e redes sociais, o policial e bombeiro militar tem dificuldades em utilizar esse meio de comunicação. Em consulta a vários blogs que tratam do

assunto militarismo, observa-se que em sua maioria não há identificação do autor. Isso ocorre por causa da proibição de manifestação pública do Militar sobre assuntos militares.

As críticas feitas às corporações, aos superiores ou ao governo trazem grandes prejuízos aos militares da reserva das forças armadas que se manifestam, que vão desde punições até perseguições. Muitos policiais sofrem por manterem blogs que denunciam os abusos e a má administração dos superiores e do governo.

Como ensina Meireles (2014, p. 106) o poder hierárquico e o disciplinar andam juntos e são utilizados em toda a organização da administração pública.

Não é plausível dizer que os policiais e bombeiros militares não podem manifestarem-se por conta da insubordinação e dos princípios da hierarquia e da disciplina, pois nota-se que os servidores públicos civis também estão sujeitos à hierarquia e disciplina, mas nem por isso seu direito a livre manifestação é cerceado.

Os blogs, tão usados por policiais, começaram como uma forma de se obter o direito à liberdade de expressão, porém o resultado disso não tem sido muito bom, visto que vários integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar são punidos por suas postagens com sanções que vão de repreensões até prisões. Um caso conhecido pelos policiais blogueiros, é o do major Wanderby Medeiros, que já recebeu diversas repreensões por postagens em seu blog e agora foi denunciado, com base no artigo 166 do Código Penal Militar, por críticas ao chefe do Estado Maior, coronel Antônio Carlos Suárez David, e ao comandante-geral da PM do Rio, Gilson Pitta Lopes. O Major disse o seguinte:

Fui excluído do quadro de acesso a promoções e agora posso ser transferido para a inatividade sob alegação de 'insuficiência moral'. É um sentimento grande de injustiça, mas não tenho medo. Em hipótese nenhuma deixaria de escrever o que escrevo. Sem o direito à manifestação de opinião não há democracia plena.

No regimento interno da Polícia Militar não existe nenhuma vedação quanto a manutenção de um blog diário, porém eles incorrem nas penas do artigo 166 do Código Penal Militar, pois, segundo esse artigo é proibida manifestação pública de críticas à superiores ou ao governo por parte do militar. Não existe uma regra expressa sobre internet a ser aplicada aos militares, posto isto, cada caso é analisado individualmente por processo administrativo interno da corporação. Os

militares vêm ganhando apoio em seus blogs e redes sociais visto que são muito acessados.

## 2.4 PUNIÇÕES APLICADAS AOS QUE SE MANIFESTAM PUBLICAMENTE

A pena do artigo 166, do Código Penal Militar, para os militares que publicarem ou criticarem o governo ou superior é a de detenção de dois meses a um ano, se o fato não constituir crime mais grave.

Pode-se observar que essa pena além de reprimir a liberdade, reprime também o direito de ir e vir. Esse artigo não apenas cala o Policial e Bombeiro Militar, que se manifesta sobre algo que julga estar errado na corporação ou governo, mas também restringe seu direito de ir e vir não importando o conteúdo dessa manifestação, se adequada ou inadequada. Assim, Capez aduz que a norma penal deve ser compatível com a Constituição para não afrontar o Estado Democrático de Direito.

Com isso, pode-se afirmar que a norma penal em um Estado Democrático de Direito não é apenas aquela que formalmente descreve um fato como infração penal, pouco importando se ele ofende ou não o sentimento social de justiça; ao contrário sob pena de colidir com a Constituição, o tipo incriminador deverá obrigatoriamente selecionar, dentre todos os comportamentos humanos, aqueles que possuem de fato real lesividade social.

Sendo a norma penal, princípio básico de República Federativa do Brasil, constituída em Estado Democrático de Direito (CF, art. 1º III) uma lei como essa característica de mera discriminação formal será irremediavelmente inconstitucional.

Assim, o tipo penal ou a sua aplicação, quando, a pretexto de cumprir uma função de controle social, desvincula-se totalmente da realidade, sem dar importância à existência de algum efetivo dano ou lesão social, padecerá irremediavelmente do vício de incompatibilidade vertical com o princípio constitucional de dignidade humana

É imperativo do Estado Democrático de Direito a investigação ontológica do tipo incriminador. Crime não é apenas aquilo que o legislador diz sê-lo (conceito formal), uma vez que nenhuma conduta pode, materialmente, ser considerada criminosa se, de algum modo, não colocar em perigo valores fundamentais da sociedade.

Imaginemos um tipo com a seguinte descrição: ‘manifestar ponto de vista contrário ao político dominante ou opinião contrária a orientação política dominante. Pena: 6 meses a 1 ano de detenção.

Por evidente, a par de estarem sendo obedecidas as garantias de existência de subsunção formal e de veiculação em lei, materialmente esse tipo não teria qualquer subsistência por ferir o princípio da dignidade humana e, por conseguinte, não resistir ao controle de compatibilidade vertical com os princípios insertos da ordem constitucional (CAPEZ, 2013, p.19).

A manifestação do militar contribui positivamente para melhoria da segurança pública, os militares que trabalham diretamente nessa seara podem denunciar e revelar informações que estão sendo escondidas da população. O Ex-militar Júlio César Lopes da Silva diz que:

É inegável que um soldado, executor direto e detentor de conhecimentos específicos na área de segurança pública, ao ser ouvido, poderá contribuir para a melhoria dos serviços de proteção do homem. Agora, puni-lo por divulgar seu pensamento na intenção de tentar melhorar a condição da segurança pública é no mínimo ilógico e nefasto, além de ofender o Estado Democrático de Direito.

O governo assim como os militares de alta patente, precisam passar a seus crédulos que acima de qualquer pessoalidade estão em busca do interesse público em nome do Estado Democrático de Direito. Muñoz Conde e Hasseme (2011, p.109) trazem em sua obra que:

[...] os princípios elementares do Estado de Direito, de legalidade, de intervenção mínima e proporcionalidade, de presunção de inocência, controle jurisdicional etc. devem ser sempre tidos em conta, igual ao respeito aos direitos humanos, também aos direitos do delinquente, porque, isto é, acima de tudo, acima de qualquer eficácia conjuntural de medidas extralegais, o único meio que pode assegurar a continuidade de um modelo de convivência democrático ordenado juridicamente.

Todos que de alguma forma trabalham com o Direito Penal Militar devem ficar atentos à aplicação de medidas que venham ferir direitos inerentes ao ser humano, como neste caso, pois tratar um militar como delinquente apenas por expressar seus pensamentos podem ter graves consequências, não apenas para ele, mas também para a sociedade.

#### **2.4.1 Reflexos Individuais**

O trabalho desenvolvido por bombeiros militares causa grande estresse físico e psicológico a eles,

Profissionais que exercem funções diretamente envolvidas com problemas humanos tendem a envolver-se com dificuldades físicas e psicossociais alheias, que, somadas às situações de limitações institucionais, levam ao estresse e influenciam na qualidade de vida. A rotina de trabalho dos bombeiros exige um alto grau de controle de respostas emocionais, com

inibição de emoções como medo e tristeza, tendo que expressar coragem e tranquilidade. Ocorrem alternâncias entre períodos de relativa inatividade e momentos de extrema atividade, que exigem rápido raciocínio e decisões que envolvem ameaças à própria vida, quando se defrontam com situações incontroláveis (BAPTISTA, MORAIS, CARMO et al., 2005, p. 45-46).

Como se não bastasse o estresse do dia-a-dia, lidando com situações desagradáveis e perigosas, os Militares ainda precisam enfrentar o rigor excessivo com que são tratados dentro da Corporação. A obediência às regras estão acima de qualquer bem-estar. O Regimento Disciplinar pode ser uma armadilha contra a própria corporação, pois dá poder aos superiores deixando os subordinados reféns.

Os Militares estão o tempo inteiro recuados, como popularmente se diria “pisando em ovos”, para não infringirem nenhuma regra de comportamento ou serem insubordinados com os superiores, pois se o forem, serão punidos.

Os problemas vão muito além de estresse ou depressão, um exemplo disso, é uma pesquisa do Laboratório de Análise da Violência, ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que entrevistou 224 policiais militares do RJ, essa pesquisa buscou saber mais sobre o suicídio e constatou que 30% dos entrevistados admitiram já ter tentado ou cogitado se matar.

Os números são alarmantes, mas difíceis de se constatar. Em geral as corporações não divulgam dados sobre esse assunto, pois as autoridades e comandantes não admitem ou não querem perceber a gravidade do problema. Sem a ajuda dos superiores, não tem como haver uma prevenção, muitos preferem acreditar que os policiais ficam doentes apenas por problemas pessoais e isso dificulta muito uma ação contra esses males. Uma pesquisa do Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção, da Uerj, sob a coordenação da cientista política Dayse Miranda, em parceria com a PM fluminense alerta que:

As entrevistas com profissionais de saúde da PMERJ sugerem que muitos dos casos de suicídios consumados e tentativas de suicídio não são informados ao setor responsável por inúmeras razões. Entre elas, estão as questões socioculturais - o tabu em torno do fenômeno; a proteção ao familiar da vítima (a preservação do direito ao seguro de vida) e a existência de preconceito ao policial militar diagnosticado com problemas emocionais e psiquiátricos.

Por más informações alguns comandantes acabam piorando a situação, pois quando percebem o vício ou doença de um Militar de sua corporação, acaba afastando-o dos demais e muitas vezes fazendo mal juízo do mesmo, sem ao

menos oferecer ajuda, o que é desumano. Segundo a psiquiatra Alexandrina Meleiro, representante da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), “As pessoas pensam: ‘Não são super-heróis? Como podem ser fracos?’. E há o agravante de, se o profissional mencionar que teve depressão, pode ser colocado para escanteio no trabalho”

Desde o curso de formação, a ideia propagada para os novatos é aquela de que eles são guerreiros, fortes e invencíveis, daí quando se veem em uma situação de fragilidade, muitos nem cogitam a possibilidade de pedir ajuda a um profissional, familiares ou a corporação pois não querem se mostrar vulneráveis. O professor de Direito Penal da UFMG Túlio Vianna, em palestra ministrada no vão do Masp, em São Paulo, diz que:

O treinamento da PM é absolutamente violento. Ele é feito para ser violento. O sujeito passa em um concurso e é submetido a rituais próprios do militarismo que retiram a sua individualidade, muitas vezes por meio de humilhação. O que acontece, ele aprende desde cedo que tem um valor a ser respeitado, a hierarquia, a obediência. Quando a sociedade opta por uma polícia militar, o que essa sociedade quer é uma polícia que cumpra ordens sem refletir. É claro que quando se dá um treinamento onde o próprio policial é violentado, como vou exigir que esse indivíduo não viole os direitos de um suspeito?

O excesso de rigor e punições prejudicam psicologicamente esses militares. Esclarece Minayo *et al.* (2008, p. 154) que:

A construção da identidade corporativa da Polícia Militar tem suas raízes na história [...] e a identidade dos seus membros dela deriva, modelando-se através da interação social [...] que são representações bem construídas e intimamente relacionadas do ‘eu’ [...] como produto dramático que, derivado de um quadro de representação e mediado por um público, só ganha visibilidade na ação entre protagonistas. [...] a imagem que um policial tem de si, portanto, é permanentemente edificada sobre o conjunto de movimentos interativos com a realidade que vivencia: com a instituição que cria códigos, preceitos e ritos, por meio dos quais mantém a visão corporativa e abrange a todos os servidores, e com a sociedade que aplaude ou reage às práticas policiais, construindo avaliações e interpretações, segundo suas expectativas sobre o cumprimento do serviço público que seus profissionais prestam.

Os modelos utilizados pelas corporações são antigos e ainda utilizam a mesma preparação daqueles que estão indo à guerra armada, lutando contra seus inimigos e protegendo a nação e suas terras. Ocorre que a polícia e os bombeiros militares não estão incumbidos dessa função, pois eles atuam na proteção dos

cidadãos e na defesa civil. Essa militarização e rigor excessivo foge dos padrões do Estado Democrático de Direito, das relações humanas e da evolução social.

#### **2.4.2 Reflexos Na Sociedade**

Já se passaram muitos anos desde que a ditadura militar teve fim, porém a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar continuaram com a mesma estrutura institucional, não evoluindo junto com a sociedade. Ficaram estagnados, com ideias vindas de uma época em que quem não estava no poder não tinha voz.

Esse modelo arcaico de Polícia Militar afeta a sociedade como um todo, os policiais desde o curso de formação são viciados e induzidos a acreditarem nesse sistema falido, o que ocasiona no mal funcionamento de toda a classe.

Segundo a pesquisa Índice de Confiança na Justiça brasileira – ICJBrasil, realizada pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e apresentados no 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre a confiança nas instituições militares, 70% da população não considera a Polícia Brasileira confiável, o que destoa muito de outros países como a Inglaterra onde 82% da população confia na sua polícia. Segundo o que explica o professor pesquisador Rafael Alcadipani (2013, p. 106):

Polícia é instituição fundamental para qualquer democracia e os dados sobre a desconfiança da população nestas instituições são a evidência de que o modelo de segurança pública brasileiro precisa de reformas urgentes, tornando-as instituições efetivamente transparentes e garantidoras de direitos.

A desconfiança da população é grande pois os militares são vistos como inimigos da população, justamente porque nunca são vistos denunciando a corrupção dentro da corporação. Devido essa falta de comunicação dos policiais e bombeiro militares com a sociedade eles são generalizados pela sociedade, se um policial faz algo errado e os outros ficam calados pressupõem-se que todos concordam.

Policiais são expostos às mais variadas situações durante seu dia de trabalho, são muitas vezes incumbidos de atuar contra o tráfico de drogas, enfrentando bandidos armados. Precisam pensar e agir com rapidez, pois isso pode resultar na vida ou morte de pessoas. Essa tensão em ter que tomar decisões e em estar perto do perigo faz com eles tenham um desgaste maior que o de outros

profissionais, portanto, também deveriam ter um tratamento diferenciado, buscando a melhor maneira de tratar esses profissionais tão importantes para a sociedade.

Não são apenas as situações perigosas do serviço que deixam, o policial doente e desmotivado, mas também os próprios colegas de trabalho que os envolvem ou usam de chantagem para conseguir sua participação em milícias, roubos, furtos, dentre outros crimes, formando assim, uma corporação corrupta e injusta. Quando o policial entra para a corporação, principalmente no RJ, ele vira um brinquedo nas mãos de seus superiores, e não podem fazer nenhuma denúncia pois correm risco de vida.

No livro *Como Nasceram os Monstros*, Rodrigo Nogueira afirma que todos esses abusos são verdadeiros, não só esses como muitos outros em um trecho do livro, ele denuncia que:

Para você tirar férias, você tem que pagar o sargenteante. Olha que absurdo. Esse dinheiro é dividido entre o sargenteante, que é um sargento, e o capitão que é comandante de companhia. Isso tá no filme lá, no *Tropa de Elite*, não é mais novidade pra ninguém. Mas não para por aí não. Se você não quer mais trabalhar, você pode chegar no oficial e falar que não quer mais trabalhar. Ele vai falar: "Ok, todo mês o seu salário fica pra mim". Aí o sargenteante te coloca numa escala fantasma. Ou seja, você não existe mais no batalhão. Você não precisa mais colocar os pés no batalhão. Isso é bom pro cara que trabalha na milícia, no jogo do bicho. O camarada que, por exemplo, tá trabalhando na banca do jogo do bicho. Recebe lá cinco mil por semana pra trabalhar no jogo do bicho. Ir pro batalhão pra ele é ruim porque ele perde o dia de trabalho dele no bicho. Então ele pega o salário dele de dois mil reais, deposita na conta do comandante de companhia e não aparece mais no batalhão. Fica só trabalhando no jogo do bicho. Pra ele é mais jogo, porque ele não precisa mais se expor, não precisa botar farda, ter horário, fazer a barba. O interessante pra ele é a carteira de policial e o porte da arma. Isso é muito comum, é fácil de se constatar. Qualquer promotor de justiça que chegar no batalhão de surpresa e disser: "bom dia, eu quero o efetivo do batalhão e a escala de serviço". Ele vai encontrar, no mínimo, cinco, seis fantasmas. Em qualquer batalhão do Rio de Janeiro. Isso é batata.

Esses esquemas todos nos batalhões da Polícia Militar são muito antigos. Eles fazem parte de uma cultura da polícia. Acabar com esses esquemas todos vai demandar uma coisa muito complicada, que seria tirar o poder das mãos dos coronéis.

Os superiores também usam de sua autoridade para abusar moralmente dos militares. Em entrevista à BBC em 2014, a pesquisadora Camila Nunes Dias, da Universidade Federal do ABC e associada ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), esclareceu que as humilhações praticadas pelos superiores, contra os militares de baixa patente, têm uma forte chance de influenciar no comportamento desses agentes e na forma com que eles tratam a



sociedade, principalmente a população menos favorecida. Afirma a pesquisadora que:

A violência policial não acontece só entre policiais e a sociedade civil, ela é frequente dentro da própria corporação. Se policiais são alvo de humilhação espera-se que alguns desses indivíduos queiram reproduzir isso com as pessoas com as quais eles lidam, sobretudo as mais vulneráveis socioeconomicamente e os egressos do sistema prisional.

As condições de trabalho muitas vezes não são respeitadas, principalmente na questão de horário, não é como em outro órgão público, que todos vão embora no horário em que termina o expediente, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar, muitas vezes as trocas de serviço fazem com que os agentes trabalhem e fiquem à disposição por duas, três horas a mais, sem nenhuma hora extra, simplesmente por ordem dos superiores. As condições são ruins também por falta de investimento do governo, as ambulâncias e viaturas estão sucateadas, falta equipamento, falta treinamento. A má remuneração também é um fator que contribui muito para a desmotivação, e que incita os militares a trabalharem por fora para ganhar uma renda extra.

Todos esses fatores, medo, insegurança, corrupção, desrespeito as condições de trabalho e má remuneração abalam os militares física e psicologicamente e os reflexos em seu desempenho no trabalho são notáveis. Passam a ser displicentes nas funções, sendo a população a maior prejudicada, pois o serviço ou atendimento fornecido às pessoas não será o de melhor qualidade. Quando um Bombeiro atende uma ocorrência e não possui equipamentos adequados quem sofre é a população, ou quando um policial não suporta mais toda a pressão sofrida e desconta isso nos cidadãos vê-se que o serviço não é efetivo e algo está errado com o agente ou com a corporação e precisa ser investigado imediatamente para que não ocorra novamente.

Como se não bastasse todas essas injustiças, os agentes que convivem todos os dias com essas situações, não podem opinar, denunciar ou fazer qualquer manifestação contra esses atos, pois serão punidos na forma do artigo 166 do Código Penal Militar, mesmo que o militar queira melhorar suas condições de trabalho ele não pode, ele só obedece a ordens.

### 3 CONTRADIÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O ARTIGO 166 DO CÓDIGO DE PENAL MILITAR

O direito à liberdade de expressão está disposto na Constituição Federal de 1988 no artigo 5º incisos IV, IX, XIV e ainda no artigo 220, *caput* e parágrafo 2º:

Art. 5º (...)

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;  
IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 2º – É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Contrapondo esse direito existe o artigo 166 do Código Penal Militar, que claramente cerceia a livre manifestação dos Policiais e Bombeiros Militares.

Publicação ou crítica indevida

Art. 166. Publicar o militar ou assemelhado, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo:

Pena – detenção, de dois meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

A liberdade de expressão vai além dos limites do Brasil, sendo uma questão internacional, mais precisamente, mostra legitimação na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim está disposto:

Art. 19. Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem considerações de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Todo indivíduo tem direito à liberdade de expressão, motivo pelo qual não podem os Militares do Estado serem excluídos e cerceados desse direito.

Kelsen imaginou que as normas deveriam ser organizadas de forma escalonada, de modo que, no final todas se baseariam em uma norma suprema, que estaria no topo de uma pirâmide, no caso do Brasil, a Constituição Federal.

A ordem jurídica não é um sistema de normas jurídicas ordenadas no mesmo plano, situadas umas ao lado das outras, mas é uma construção

escalonada de diferentes camadas ou níveis de normas jurídicas. A sua unidade é produto da conexão de dependência que resulta do fato de a validade de uma norma, que foi produzida de acordo com outra norma, se apoiar sobre essa outra norma, cuja produção, por sua vez, é determinada por outra; e assim por diante, até abicar finalmente na norma fundamental - pressuposta. A norma fundamental - hipotética, nestes termos - é, portanto, o fundamento de validade último que constitui a unidade desta interconexão criadora (KELSEN, 1987, p. 240).

Pela teoria da hierarquia das normas apresentada por Kelsen, o Código Penal Militar que é uma lei ordinária não deve prevalecer sobre a Constituição que é hierarquicamente superior, estando no topo da pirâmide imaginada por Kelsen. Sobre essa questão Bobbio (1999, p, 49) afirma que:

Há normas superiores e normas inferiores. As inferiores dependem das superiores. Subindo das normas inferiores àquelas que se encontram mais acima, chega-se a uma norma suprema, que não depende de nenhuma outra norma superior, e sobre a qual repousa a unidade do ordenamento. Essa norma suprema é a norma fundamental.

Ademais, a posição doutrinária que prevalece, é segura em afirmar que primeiramente devem ser respeitados os direitos e as garantias fundamentais de todos os brasileiros, para depois obedecerem às regras e regimentos internos, ou se quer deveriam fazer parte do nosso ordenamento jurídico, tais regras que privam e que vão contra a liberdade de expressão.

[...] a proibição prévia de certos conteúdos e objetos, e a tipificação legal de um insulto específico como pior que outros, me parecem aberrações jurídicas e filosóficas que não deveriam existir na lei (CASTRO, 2007, p. 79).

Quando uma norma inferior vai contra uma norma superior, observa-se a existência de uma contradição, essa observação por parte dos doutrinadores e julgadores deveria resultar na inaplicabilidade da norma que se mostra inferior, pois ela fere o ordenamento jurídico quanto ao escalonamento das normas. Conforme Delgado (1998, p. 171), “a hierarquia própria às fontes normativas componentes do Direito Comum é rígida e inflexível: nada agride a Constituição e, abaixo dela, nada agride a lei. ”

Existe o entendimento por parte dos sociólogos e antropólogos que o Código Penal Militar, editado entre 1964 a 1985 durante o regime militar, foi criado meio a um Estado Autoritário que visava proteger sua existência e manter-se no poder

usando a força e obediência dos militares, por esse motivo não acompanhou os avanços sociais, políticos e culturais da sociedade entrando em conflito com a Constituição Federal de 1988, que é posterior ao CPM de 1969.

Essa norma militar que cerceia a liberdade de expressão está em uso pois ainda não foi declarada inconstitucional pelas autoridades que detêm o poder para tal, assim ela se instala e se perpetua no nosso ordenamento jurídico.

### 3.1 POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS

O posicionamento dos tribunais é controverso quando se trata da garantia à liberdade de expressão em relação ao Militar. Em julgado do HC nº75.676 RJ/1998 o Supremo Tribunal Federal posicionou-se a favor do policial militar que foi indiciado por crime de publicação indevida (art. 166 do CPM), o militar deu entrevista à Rádio CBN contando sobre as condições de trabalho a que são submetidos, sua crítica foi vista como imprópria em relação ao Comando da corporação e ao Governador do Estado, foram essas as palavras:

Esses policiais que estão indo pro confronto estão completamente despreparados, eles não fazem treinamento de tiros há anos. Eles não são avaliados nas suas condições profissionais, nas suas condições emocionais. (...)

E como a Secretaria de Segurança não faz o que deve ser feito, o Governo não faz aquilo que tem obrigação de fazer, lança mão dessas soluções mágicas, entende?(...)

Porque, na verdade, no Rio de Janeiro se reinstalaram DOI-CODI, mas só para favelado e morador de bairro pobre.

Nesse mesmo julgado o Ministro o relator Sepúlveda (STF, 1998) menciona o parecer do Dr. Edson de Almeida, para confirmar a concessão do HC. O parecer assevera que a Polícia Militar tem natureza diferente das forças armadas, exercem atividades diferentes, por isso, aplicar à Polícia Militar ou ao Corpo de Bombeiros Militar o artigo 166 do CPM seria uma forma de censura.

Ora, ao contrário do que ocorre com as Forças Armadas, que são instituições militares pela sua própria natureza, as Polícias Militares, cuja função de policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública é eminentemente civil, são apenas corporações militarizadas, mas, nem por isso, assumem, contra a natureza das coisas, status de instituições militares [...]

Em verdade, submeter o policial militar da reserva ou reformado às proibições do artigo 166 do Código Penal Militar, sequer se cogitando de

manifestações ofensivas, representa clara limitação à livre manifestação do pensamento e estabelecimento de uma forma de censura (CF art. 5, IV e IX).

EMENTA: Crime militar: publicação ou crítica indevida (C. Pen. Militar, art. 166): não o pode cometer o militar da reserva ou reformado. Decisão: A Turma deferiu o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. Unânime. 1ª Turma, 12.05.1998. HC 75676 / RJ – RIO DE JANEIRO Relator (a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE Julgamento: 12/05/1998, Primeira Turma. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1998).

O Ministro Menezes (STF, ADPF n. 130-7 de 2011), em julgamento que declarou a Lei de Imprensa incompatível com a Constituição, expôs que a restrição à liberdade de se expressar pode adoecer todo o sistema institucional.

Não existe lugar para sacrificar a liberdade de expressão no plano das instituições que regem a vida das sociedades democráticas.

[...]

Quando se tem um conflito possível entre a liberdade e sua restrição deve-se defender a liberdade. O preço do silêncio para a saúde institucional dos povos é muito mais alto do que o preço da livre circulação das ideias.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal entende que a liberdade de expressão deve ser assegurada, mesmo quando outra norma tente restringi-la, pois só assim pode-se preservar a vida em sociedade.

No mesmo julgado posiciona-se o Ministro Celso de Mello (STF, ADPF n. 130-7 de 2011) quanto à livre manifestação do pensamento, “nada mais nocivo, nada mais perigoso do que a pretensão do Estado de regular a liberdade de expressão, pois o pensamento há de ser livre - permanentemente livre, essencialmente livre, sempre livre.”

O julgado do Superior Tribunal Militar (STM) traz em seu texto que acima da liberdade de expressão está a hierarquia e disciplina dos Militares quando se trata da defesa e soberania do país.

APELAÇÃO. INCITAMENTO E PUBLICAÇÃO INDEVIDA. CONTROLADORES DE VOO. CINDACTA IV. CAOS AÉREO.

Apelos concomitantes interpostos pelo Ministério Público Militar e Defensoria Pública da União. Aquele buscando a condenação dos acusados, nos termos da denúncia, excetuando-se um, para quem buscava absolvição. Esta, visando a absolvição de todos os envolvidos. Inequivoca quebra dos princípios da hierarquia e disciplina decorrentes da conduta dos acusados que, buscando a "desmilitarização" do sistema de controle de tráfego aéreo, além de articularem movimento de aquartelamento voluntário e de greve de fome, em conjunto com outros controladores de voo de outros CINDACTAs, o que culminou em reunião na qual o comandante da unidade foi desrespeitado, foram à imprensa escrita e permitiram publicar entrevista

na qual discorriam a respeito de matéria atinente à disciplina militar. **A conduta dos controladores não está protegida pela garantia da liberdade de expressão, já que tal princípio constitucional não é absoluto, como qualquer princípio, e fica mitigado quando estão em jogo, como no caso, a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas, vetores da defesa da soberania da Pátria, fundamento do Estado Democrático de Direito.** Afastada a alegação de atipicidade material, já que inequívoca a lesão ao bem jurídico tutelado, já que a conduta colocou em cheque o próprio sistema político-social, ao colocar em risco a soberania da Pátria sobre o território aéreo nacional. É possível o aumento da pena quando o Ministério Público Militar, em hora nada tenha dito quanto à individualização da reprimenda, busca, no apelo, a condenação na parte em que restou sucumbente na denúncia, isso porque o recorrente não delimitou no termo de apelação a parte que queria ver devolvida ao conhecimento do Tribunal, presumindo-se efeito devolutivo total. Apelos da defesa e da acusação parcialmente procedentes. ]

(STM - AP(FO): 234020077120012 AM 0000023-40.2007.7.12.0012, Relator: Marcos Augusto Leal de Azevedo, Data de Julgamento: 01/07/2010, Data de Publicação: 16/09/2010 Vol: Veículo:).

Na decisão proferida pelo STM, especificamente no trecho em destaque, nota-se um descompasso em relação aos direitos fundamentais, que são deixados de lado em razão da disciplina e hierarquia. Ora, mas há hierarquia e disciplina em toda a administração pública, inclusive na Polícia Federal e Civil, das quais não precisam do militarismo para o bom desempenho de suas funções e nem para manter a ordem. Qualquer agente público responde por infrações disciplinares, por isso, não devem os Comandos Militares se apegarem a essa tese afim de manterem o militarismo vigente.

Em outro julgado do STM, em que foi denegado pedido de *Habeas Corpus*, observa-se a efetiva aplicação do artigo 166 de CPM.

Habeas Corpus. Trancamento de IPM. Falta de justa causa. Improcedência. Procedimento investigatório instaurado para apurar suposta crítica pública, em página do "facebook", postada pelo Indiciado, a ato oficial do Comandante, sobre assunto de âmbito interno, de cunho administrativo. Quadro fático denotando que a conduta do militar desponha-se, em tese, delituosa. Caso sub judice que se encontra no início da investigação, necessitando de exame aprofundado para apurar a autoria e a materialidade, o que é defeso na via estreita do writ. Ordem denegada. Decisão unânime.

(STM - HC: 724320137000000 RJ 0000072-43.2013.7.00.0000, Relator: Lúcio Mário de Barros Góes, Data de Julgamento: 07/05/2013, Data de Publicação: 15/05/2013 Vol: Veículo: DJE)

O posicionamento do Min. Gen. Ex Lúcio Mário de Barros Góes confirma que a aplicação do artigo 166 do CPM está em pleno uso, em suas palavras:

Hoje em dia não há como negar que o “facebook”, conhecido site e serviço de rede social, alcançou um nível elevado de popularidade entre os usuários da rede mundial de computadores. Devido ao fato de ser uma ferramenta de acesso público a qualquer usuário, apareceu ao Comandante que o comentário postado pelo Oficial em página do “facebook” constitui-se em uma crítica pública a ato oficial do Comando sobre um assunto de âmbito interno, de cunho administrativo, incidindo, em tese, na prática do crime previsto no art. 166 do CPM.

O direito em questão está insculpido no capítulo que cuida “da insubordinação” e pune o militar que, livre e conscientemente, dirige críticas indevidas, sabidamente inverídicas, a seu superior hierárquico, de modo a ser percebido por indeterminado número de pessoas. A crítica pública se aperfeiçoa quando constitutiva de atentado à disciplina militar. A tipicidade requer seja demonstrada a intenção de romper os laços de sujeição e obediência a hierarquia e disciplina.

Trata-se de espécie mais grave de insubordinação e de disciplina[...].

Em sua defesa, o oficial alegou tratar apenas de uma manifestação de seu pensamento, o que entende ser direito seu, como é de qualquer cidadão. Ocorre que na visão do STM os militares devem ser incondicionalmente fiéis aos seus comandantes. Conclui que os Ministros militares seguem à risca o Código Penal Militar, colocando ele acima da Constituição.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observa-se que o Código Penal Militar está obsoleto, não tendo sofrido transformações em conjunto com a evolução da sociedade. Seus artigos têm como base o princípio da hierarquia e disciplina, que se contrapõe aos demais princípios do ordenamento jurídico brasileiro, em especial, ao princípio da liberdade de expressão, objeto principal dessa pesquisa, que denuncia o conflito existente entre o artigo 166 do Código Penal Militar com o artigo 5º incisos IV, IX, XIV e ainda com o artigo 220, caput e parágrafo 2º, ambos da CF/88

O Estado ou instituições não podem proibir os militares de exercerem a plena liberdade de expressão e pensamento, em nome da hierarquia e disciplina ou da segurança nacional, pois essa liberdade é preceito fundamental da Constituição Federal, bem como pilar do Estado Democrático de Direito.

O direito a livre manifestação do pensamento foi conquistado aos poucos no decorrer da evolução, destacando-se a revolução francesa, declaração universal dos direitos humanos e a Constituição Federal de 1988. Em meio a tantas conquistas também houve momentos em que a liberdade de expressão foi ameaçada, como no caso do período da ditadura militar no Brasil.

Observa-se decisões dos Tribunais Militares não condizem com a democracia e vão contra a Constituição Federal de 1988. Busato (2008, p. 52) diz que o Brasil conseguiu se livrar da ditadura a duras penas, porém não incólume, pois ainda é detentor de uma produção científica bastante atrasada e o Direito Militar se destaca muito negativamente. Prova disso é o artigo 166 do CPM e os Regulamentos Militares que atentam contra a livre expressão e não respeitam os direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Pois bem, se os direitos fundamentais são de eficácia plena e aplicabilidade imediata conforme afirma José Afonso da Silva, a livre manifestação de pensamento não pode ser restringida pelo CPM, somente poderia ser pela própria CF/88.



O Código Penal Militar assinado em 1969 por Ministros Militares precisa urgentemente de uma análise e reforma, para que seu conteúdo se adeque à Constituição Federal de 1988 e aos princípios basilares da democracia. O artigo 166 do CPM analisado neste trabalho carece de constitucionalidade, pois na visão do artigo 5º da CF/88 o artigo do 166 do CPM é ilícito.

A insegurança jurídica é grande nesse assunto, pois os tribunais têm posições diferentes. Quando esse tipo de questão chega ao Supremo Tribunal Militar não há confiança de que a Constituição será respeitada, pois julgados mostram que para os Ministros Militares a hierarquia e disciplina estão acima da liberdade de expressão. Os comandantes e ministros militares não precisam amedrontar-se diante da expressão dos militares temendo que a mesma afete os pilares da hierarquia e disciplina, visto que esses são princípios da administração pública que todos os agentes públicos devem obedecer, independente de militarismo.

Já o Supremo Tribunal Federal posiciona-se no sentido de barrar qualquer tipo de ameaça aos princípios fundamentais, buscando efetivar plenamente a permanência do Estado Democrático de Direito. Os militares que se sentem lesados buscam seus direitos através de habeas corpus, mas também tentam fazer com que as autoridades competentes entrem com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), buscando mostrar que o Código Penal Militar fere a livre manifestação de pensamento que é um preceito fundamental.

A confiança da população em relação à segurança pública, principalmente a militar, é pequena, pois não existe um diálogo entre a população e os policiais e bombeiros militares. O policial e o bombeiro militar não podem manifestarem-se publicamente contra atos de seus superiores ou do governo, o que atrapalha ainda mais essa relação. Se o militar pudesse se expressar livremente poderia ajudar a população, denunciando a corrupção interna que existe na Corporação e consequentemente melhoraria os serviços prestados aos cidadãos. É injusto com a população e com os militares a ocorrência dessas situações, pois a finalidade para que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar foram criados não está sendo atendida.

Em conferencias nacionais e internacionais os sociólogos e antropólogos tentam levar o tema segurança pública para discussões, porém as principais preocupações são as favelas do Rio de Janeiro e os homicídios em São Paulo, não

há muito espaço para conversar sobre os direitos dos policiais e bombeiros militares, não há pauta sobre a liberdade de expressão dos militares.

Por fim, verifica-se que o artigo 166 do CPM afronta a CF/88, deixando os militares desamparados, esse código ultrapassado deveria ser revisto, para garantir proteção aos policiais e bombeiros militares, criando um ambiente mais humano e justo, erradicando qualquer desigualdade.

## REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael. **7ª Ed. do Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2013**. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario\\_2013-corrigido.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2013-corrigido.pdf)>. Acesso em 25 maio 2016.

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. **O patrimônio genético humano e sua proteção na Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Método, 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro; TAVARES, André Ramos. **Tendências do direito público no limiar de um novo milênio**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BAPTISTA, M. N.; MORAIS, P. R.; CARMO, N. C.; SOUZA, G. O.; CUNHA, A. F. **Avaliação de depressão, Síndrome de Burnout e qualidade de vida em bombeiros. Psicologia Argumento**, 2005. Disponível em: <[http://biblioteca.cbm.sc.gov.br/biblioteca/dmdocuments/CFSd\\_2011\\_2\\_Luisa.pdf](http://biblioteca.cbm.sc.gov.br/biblioteca/dmdocuments/CFSd_2011_2_Luisa.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2016

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet, *et al.* **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo; Saraiva, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

ROUSSELET, Felipe. **A militarização não é boa para o policial e é péssima para o cidadão**. Revista Forum, 2013. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/13412>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969**. Código Penal Militar. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 130-7**. Partido Democrático Trabalhista versus Presidente da República. Relator: Ministro Carlos Brito. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/vernoticiadetalle.asp?idconteudo=107402>>. Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Militar. **Apelação n. 0000023-40.2007.7.12.0012** Relator: Ministro Marcos Augusto Leal de Azevedo. Brasília. Acórdão de 16 de set. 2010. Disponível em: <<http://stm.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18816754/apelacao-fo-ap-fo-234020077120012-am-0000023-4020077120012>>. Acesso em: 24 maio 2016

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 75676 / RJ - RIO DE JANEIRO**, 12/05/1998. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acessado em: 24 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999. **Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.**

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso a Informação.**

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 05 maio 2016.

BUSATO, Paulo César. **Fatos e Mitos sobre a Imputação Objetiva**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**; parte especial. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do direito geral e Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007

Cano, I. & Duarte, T. **Análise das Legislações Disciplinares das Polícias Civil e Militar” em Secretaria de Defesa Social (org) Fortalecimento da Ouvidoria de Polícia**. Direitos Humanos e Sociedade. III Ciclo de Estudos. Belo Horizonte: Editora TCS, 2009.

CHEQUER, Cláudio. **A liberdade de Expressão como Direito Fundamental Preferencial Prima Facie**: análise crítica e proposta de revisão ao padrão jurisprudencial brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 15 ed. São Paulo: LTr, 2016.

Jornal de Brasília. **Atividades abalam forças de segurança e policiais adoecem**. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/cidades/673756/atividades-abalam-forcas-de-seguranca-e-policiais-adoecem/>>. Acesso em: 14 maio 2016.

KAWAGUTI, Luís. **Três em dez policiais no Brasil ‘já sofreram abusos na própria polícia**. BBC Brasil em São Paulo, 30 de junho de 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140730\\_policiais\\_absos\\_lk](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140730_policiais_absos_lk)>. Acesso em: 06 jun. 2016.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GRINOVER, Ada Pellegrini, **O Processo em sua Unidade II**. São Paulo: Forense Juridica - Grupo Gen, 1984.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Controle judicial dos atos administrativos, **Revista de Direito Público**, São Paulo, n. 65, p. 27 (s. d.).

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 18 Ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

MINAYO, M. C. S. et al. (coord.) **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2003

MOTA BRASIL, Glauécia. **A segurança pública e os direitos humanos no “Governo das Mudanças”**. O Público e o Privado, Fortaleza, n. 1, p. 197- 220, jan./jun. 2003.

MUÑOZ CONDE, Francisco e HASSEMER, Winfried. **Introdução à Criminologia**. 2ª Tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**.

Disponível em: <[http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php)> Acesso em: 20 mar. 2016.

Pimenta Bueno, José Antonio. **Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império**. Rio de Janeiro, Tipografia Imp. E Const. de J. Villeneuve e C., 1857.

RONDÔNIA. Decreto Nº 13255, de 12 de Novembro de 2007. **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia**.

Disponível em: <[http://www.cbm.ro.gov.br/anexos/menu-conteudo/%7B4D065E26-B826-495F-BF34-D87A53415A95%7D\\_RegulamentoDisciplinarConsolidado.pdf](http://www.cbm.ro.gov.br/anexos/menu-conteudo/%7B4D065E26-B826-495F-BF34-D87A53415A95%7D_RegulamentoDisciplinarConsolidado.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 22 ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2003.

SILVA, Júlio César Lopes da. **Liberdade de expressão dos policiais e bombeiros militares**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 84, jan 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8797](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8797)>. Acesso em: 08 jul. 2016.